

*Movimentos sociais do século XIX: resistência e luta dos balaios no Piauí*\_Profa. Dra. Claudete Maria Miranda Dias. Departamento de Geografia e História – Universidade Federal do Piauí. E-mail: [clau@ufpi.br](mailto:clau@ufpi.br) e [tadete\\_dias@yahoo.com.br](mailto:tadete_dias@yahoo.com.br)

## INTRODUÇÃO

“A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica; cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras”. (HILL, Christopher, 1987. p. 32).

Este estudo enfoca um dos movimentos sociais do século XIX conhecido na historiografia como Balaiada<sup>1</sup>, ocorrido do final de 1838 a meados de 1841, no Piauí, Maranhão e Ceará, e que está inserido no longo processo de independência do Brasil, que se estende entre os anos de 1879 a 1850. De um lado, grandes proprietários de terra e escravos, autoridades provinciais e comerciantes; de outro, vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos e pequenos fazendeiros - mestiços, mulatos, sertanejos, índios e negros - sem direito à cidadania e acesso à terra, dominada e explorada pelas oligarquias locais que ascenderam ao poder político com a “proclamação da independência” do Brasil.

A Balaiada ocorreu simultaneamente no Maranhão e Piauí, estendendo-se pelo Ceará, mas é enfocada aqui na Província do Piauí, desvendando até que ponto teve autonomia, em oposição à historiografia brasileira que permanece enfatizando apenas no Maranhão e que no Piauí teria sido apenas uma repercussão dos acontecimentos. O movimento envolveu a população do Piauí, tanto no que se refere aos "rebeldes" ou “balaios”, quanto às forças da repressão; abrangeu quase toda a Província, de norte a sul. Sua população não só apoiava a população maranhense, como pegou em armas para lutar contra o arbítrio de um governo autoritário do Barão da Parnaíba que vigorava desde a Independência.

---

<sup>1</sup> -Nome dado pela historiografia, devido ao apelido de Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, um dos líderes mais importantes do movimento, artesão da palha. Cada rebelde era um “balaio”. Muitos balaios, uma Balaiada.

Este governo se armou fortemente a fim de defender a ordem interna, com a ajuda de outras províncias do Império, como Ceará, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, em dinheiro, munições, armamento e homens para reforçar as tropas e impedir a entrada de "rebeldes" maranhenses no Piauí, através do rio Parnaíba, que separa e une as duas Províncias. Internamente, apesar de toda essa ação, a quantidade de "rebeldes" aumentou e o governo teve dificuldades em recrutar contingentes para as tropas, haja vista o apoio que a população dos municípios piauienses oferecia aos "rebeldes". O governo do Piauí e do Maranhão formou verdadeiras trincheiras às margens desse rio para impedir a comunicação entre os "rebeldes" e garantir a "ordem" monárquica.

A Balaiada se destaca por sua amplitude, duração, composição social e a eficácia da repressão, formas de organização, mobilização, táticas, reivindicações, lideranças e, ao buscar sua especificidade, depara-se com uma variada classificação: rebelião, revolta, sedição, insurreição, revolução e sublevação.

Não é, certamente, tarefa simples, esboçar uma classificação da Balaiada como um dos diferentes movimentos sociais do século XIX no Brasil, uma das inúmeras lutas pela independência do Brasil. Mas o desafio foi aceito. Diante disso fomos buscar na história social o instrumental teórico para abordar o movimento sob a ótica da participação da população sertaneja no movimento, da organização guerrilheira - vistas pelas táticas de trincheiras nas matas, ataques de surpresa, a formação e a mobilidade dos grupos "entranhados nas matas", fechamentos de estradas e outras estratégias - sua dimensão geográfica e duração,. Tudo isto dá a conotação de um autêntico movimento popular "um dos mais sérios e notáveis que o Brasil conheceu" (SODRÉ, Nelson Werneck. 1978: p.243).

A narrativa histórica traçada da Balaiada neste artigo não modificará a seqüência dos fatos, mas a reinterpretação é necessária sob a luz de uma outra leitura e análises das fontes documentais manuscritas projetando seu caráter de uma guerrilha sertaneja sobre a qual despencou a força da violenta repressão oficial sob o comando dos governos provincial e imperial,

O estudo sistemático das fontes e dos fatos não se esgota uma vez que cada geração “formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia”. E por outro lado a história ainda está “escrita a respeito de um minúsculo fragmento da população” , (HILL 1987. p. 33). Fazendo um verdadeiro “laboratório historiográfico” e experimentando possibilidades históricas de interpretações, este trabalho representa uma tentativa de reconstituir através da pesquisa em fontes documentais e o emprego de novas abordagens metodológicas, a luta de homens e mulheres do povo de condições de vida simples, que geralmente não têm voz “nem vez”, nem no processo histórico real nem na historiografia, que participaram dessa experiência histórica, mas foram praticamente apagados pela historiografia, para dar lugar a uma história ou à “versão falsa que oculta deliberadamente as lutas e os conflitos” sociais como as rebeliões, insurreições, revoltas da população livre e pobre, manifestações classificadas de “movimentos sociais do século XIX”. É uma tentativa para ajudar a pensar a história por meio das camadas populares e suas relações com a estrutura social, não apenas em termos de submissão e hierarquia, mas também de resistência e oposição

Para isso traça uma nova compreensão histórica da Balaiada seguindo os passos ou a “influência irrefutável” da linha de conhecimento da história social francesa e da historiográfica inglesa cujos estudos e pesquisas romperam com a visão tradicional de uma história linear. Esta perspectiva histórica permite desvendar a história ali, onde ela se engendra, tendo como mira a importância da Balaiada e o confronto com o “o curso atribuído à história” (Edgar de Decca, 1985) *para “compreender como e porque o passado é construído como dimensão imaginária do presente, graças à abolição de tudo quanto no passado e no presente é dissimulado pelo exercício real da dominação” (Marilena Chau, 1978).*

## A GUERRILHA SERTANEJA

As condições ou as causas para a eclosão de um movimento com o alcance e proporções da Balaiada estão fincadas na estrutura agrária baseada na grande propriedade pecuarista de caráter extensiva, de expropriação dos posseiros por

meio dos dízimos, além da escravidão do negro e do índio. Forjadas ao longo da formação histórica piauiense, sustentam as bases, econômicas, políticas, sociais e ideológicas da sociedade da primeira metade do século XIX, praticamente a mesma do período colonial. Esta situação de crise em que vivia a Província, agrava-se com o aumento do descontentamento ao governo ditatorial do Barão da Parnaíba que empreende medidas como a intensificação do recrutamento militar, além da adoção da Lei dos Prefeitos que atinge as lideranças municipais opositoras. Pano de fundo e cenário para o movimento atuaram com pertinácia na sociedade piauiense, agravando as péssimas condições de vida da maioria da população local, que vivia na maior penúria, insegurança e em total abandono (exceto na hora de pagar os impostos), contribuindo acentuadamente como as causas mais imediatas do movimento, expressão viva do descontentamento em que vivia a população.

Segundo a maioria dos documentos e da historiografia, a Balaiada iniciou em dezembro de 1838 na Vila da Manga(Ma), estendendo-se até meados de 1841, pelo Piauí e Ceará. Em agosto de 1840 é decretada anistia assinada pelo Imperador D.Pedro II, mas as autoridades do Piauí e Maranhão declaram a “pacificação” das províncias apenas em janeiro de 1841.

A historiografia brasileira, durante muito tempo silenciou acerca da exploração das massas, ocultando os conflitos no interior do processo histórico, para mostrar um passado desvinculado do presente e forjar uma consciência de dominação (FREITAS, Décio, 1978: p.10), sem o compromisso de “buscar o duplo lugar onde a história e o saber desta história se produziram” (CHAUÍ, 1981.p.14) e aprisionando a sociedade nas “malhas da dominação”. A memória histórica dos movimentos sociais do século XIX, principalmente os de caráter popular, foi adulterada e praticamente apagada. E, quando apareciam, eram mostradas como movimentos de bandidos ou assassinos, para não deixar traços, sem nenhuma conotação social ou tirando-lhes a força política, a exemplo da Balaiada.

A Balaiada é ainda um assunto para ser estudado, principalmente a extensão do movimento que alcança outras províncias como o Ceará e que praticamente inexistem estudos ou mesmo a ligação com a Cabanagem no Pará. Existem

indícios por parte da repressão para impedir essa ligação. A historiografia brasileira precisa tomar conhecimento do alcance e dos significados de um movimento como a Balaiada ainda bastante desconhecida pela *história* do Brasil, que em geral ignora ou apenas menciona o Piauí que a exemplo de outras regiões fora do eixo Rio/São Paulo, é destinado um papel secundário. Mas como a história é viva e cada geração mostra o passado sob a luz de novas fontes e métodos, este artigo fez uma reinterpretação, não somente possível, como necessária, *alargando a visão dos movimentos dos balaios como uma das lutas sociais pela conquista da independência do Brasil, com a participação da população sertaneja - lavradores, vaqueiros, artesãos, escravos e fazendeiros - lutando contra a dominação das oligarquias rurais que subiram ao poder com a independência proclamada em 1822.*

*A história apresenta uma dinâmica dos fatos e acontecimentos tão grande que é impossível elaborar um conhecimento global, mesmo que seja o estudo de um aspecto, um caso. A Balaiada no Piauí é um acontecimento que escapou durante muito tempo à maioria dos historiadores brasileiros. Somente nos anos 70 do século XX é que passa a existir uma historiografia enfocando a Balaiada no Piauí, sendo o Prof. Odilon Nunes o primeiro autor a estudá-la. Historiador autodidata pesquisou em documentos da época dedicando-lhe um volume de sua obra Pesquisas para a História do Piauí, (1975. 4 vls). Ele abriu brechas para a continuação das pesquisas em vários aspectos da história do Piauí ainda sem estudos mais aprofundados, como a guerra de extermínio das populações nativas durante a colonização, os conflitos de terras com a ocupação por colonos e colonizadores, a participação popular nas lutas pela independência do Brasil e na Balaiada, as tradições, a família, a escravidão, a economia pecuarista, o cotidiano nas fazendas, os jesuítas, entre outros. Ele transcreve um grande volume de fontes primárias relativas ao movimento até então inexploradas, consideradas como “um opulento manancial em grande parte desconhecido”. Pela primeira vez propõe-se a restabelecer a verdade histórica em torno do movimento e se possível “reivindicar um julgamento menos injusto dos camponeses que se sublevaram contra o regime em um período caótico da história do Brasil”, como diz Nunes.*

*Sendo um misto de historiografia tradicional e positivista, utiliza o próprio documento, para descrever o desenrolar do movimento caracterizado como revolta, rebelião, insurreição e até como revolução, sobre a massa popular, os combates, destacando a organização das forças legais, em especial a atuação de Luís Alves de Lima.*

### **O alcance do movimento**

O movimento não se reduziu apenas ao Piauí e Maranhão: teve uma extensão bem maior do que se conhece pela historiografia. O palco ou cenário do movimento ainda não foi calculado concretamente, e sua dimensão geográfica merece mais estudos e pesquisas que ajudem a desvendar o real significado histórico dessa sua característica. Estabelecemos aqui sua extensão no Piauí, mas é importante apontar para o fato de outras Províncias terem se envolvido no movimento, como Ceará.

Durante os anos de 1839 a meados de 1841 o Piauí foi intensamente tomado pelo movimento, numa extensa área compreendendo os vales e ribeiras dos principais rios, povoações e vilas, de Parnaíba no norte a Parnaíba no sul, além das matas férteis do interior, com repercussões em províncias vizinhas. No Piauí, o Baixo Guruguia, as beiras do rio Parnaíba, os vales dos principais rios por tudo quanto era "biboca" ou "veredas" foram tomados pelo movimento, que se estendeu também para fora da Província, alcançando as fronteiras da Bahia, Ceará, Pernambuco e Goiás, bacia do São Francisco, vãos das serras e veredas.

Estas Províncias foram atingidas de alguma forma, ou com a ajuda de armamentos, munições e tropas, ou pela propagação dos grupos de "rebeldes" que, fugindo da repressão, buscavam refúgio e apoio em vários municípios. A princípio, deduz-se que os "rebeldes" ultrapassaram as fronteiras do Piauí, fundamentalmente para fugirem das forças do governo que os perseguia e os combatia. Apesar de numericamente superiores, não detinham armamentos e munições suficientes para enfrentar as forças do governo. Buscariam os "rebeldes" nestas fugas, o apoio da população de outros lugares ou apenas queriam um lugar de refúgio?

A Balaiada foi um único movimento no Maranhão e Piauí: as lideranças atuaram em ambas as províncias, os grupos de rebeldes se locomoviam de uma para

outra, as táticas de guerrilha foram usadas simultaneamente (ataques às fazendas, libertação dos escravos das fazendas), a área geográfica tem as mesmas características (vale dos rios, interior das matas), bem como as reivindicações além da repressão que agiu unida.

O que distingue o movimento é a ditadura do Barão da Parnaíba no Piauí. No Maranhão, os presidentes eram substituídos praticamente todos os anos, criando uma forte instabilidade política, econômica e social, enquanto no Piauí o Barão permanecia. As condições de vida da população eram as mesmas e o estopim do movimento - o recrutamento - era intenso em ambas as províncias. O Barão da Parnaíba governava o Piauí desde 1823, quando fora nomeado presidente, pelo Imperador D. Pedro I. Mantinha a população sob forte pressão, numa verdadeira ditadura rural e oligárquica. O Piauí, durante todos esses anos, vivia sob rígido controle do governo que disseminou seu poder por toda a Província. Em cada município instalou-se agentes do seu governo, funcionários, autoridades administrativas e policiais que controlavam a população através do recrutamento, da cobrança de impostos, etc.

A longa permanência como presidente - ao todo, 20 anos - deve-se sobretudo a esta política centralizadora e ao apoio que recebia dos grandes latifundiários.

### **O envolvimento da população: vaqueiros, artesãos, escravos**

Em meados dos anos 1980 foram escritas as primeiras Dissertações de Mestrado de historiadores piauienses abordando a Balaiada com duas vertentes: uma que desmistifica a visão de movimento de bandidos, mas que ainda considera, o movimento no Piauí, como de caráter oligárquico, sendo que os balaios, que compunham a massa que participou do movimento, seriam apenas massa de manobra das lideranças liberais, formadas por ricos fazendeiros descontentes com o governo da época; e outra que pode ser inserida na nova história da Balaiada no Piauí, onde é destacada a participação das camadas populares e da repressão, a composição social, lideranças, reivindicações, organização e área de atuação. Baseando-me em vasta documentação primária e historiográfica, lança as indagações sobre a participação popular no processo de

independência do Brasil (OLIVEIRA, 1987, DIASb,1995), no qual se insere a Balaiada, um movimento que se estendeu por quase toda a província do Piauí, tanto no que se refere aos balaios, quanto às forças da repressão. Envolveu quase que a totalidade de seus municípios, como Parnaíba, Piracuruca, Campo Maior, Jerumenha e Paranaguá, entre outros, ocupados pelos “rebeldes” ou “balaios”- vaqueiros, artesãos, lavradores, pequenos fazendeiros, escravos, índios e mestiços e caboclos - que pegaram em armas contra a ordem vigente . Essas camadas populares marginalizadas da sociedade por um sistema econômico escravista e por uma política centralizadora, conduziram a Balaiada no Piauí para lutar contra as arbitrariedades do Barão da Parnaíba que governava o Piauí desde 1823 de forma autoritária. Esse foi um dos motivos que levou a participação popular na Balaiada, no Piauí, desencadeada pelas manifestações populares no Maranhão em dezembro de 1838.

Praticamente o Piauí todo é ocupado pelo movimento que se contou com a participação de diversos grupos sociais, como os pequenos fazendeiros, vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos, índios, formando uma massa heterogênea complexa, cuja reivindicação principal - o fim do governo do Barão da Parnaíba - unia todos. São as camadas populares que compõem a maioria dos balaios que enfrentaram a violenta repressão comandada pelo Barão da Parnaíba, Brigadeiro Manoel de Souza Martins, o Barão da Parnaíba, que formou verdadeiras trincheiras às margens do rio Parnaíba, inicialmente, para tentar impedir a “influência que os rebeldes” de um lado exerciam do outro com as constantes passagens de um lado para outro do rio - que une e separa o Piauí e Maranhão. Com a intensificação do movimento aumentava as dificuldades do governo em conseguir recrutas tendo que recorrer a reforços fora do Piauí. Internamente os proprietários de fazendas de gado forneciam mantimentos como farinha e carne seca para as tropas.

Quem eram os "balaios" e por que os rebeldes eram "balaios"? Para o governo, os "rebeldes" eram "recalcitrantes camponeses", "quadrilhas de danados lobos", "chusma de insolentes matutos" ou "avalanche de tabaréus desordeiros"<sup>35</sup>. O termo tabaréu significa, no interior do Piauí, aquele que habita na roça, o roceiro, pessoa simples e pobre. Os "balaios" é uma designação a partir do apelido de um dos líderes - o Balaio - artesão de balaios. Como há



participação de artesãos, deduz-se que muitos balaios era uma "balaiada", ou qualquer seguidor do líder Balaio, era um "balaio".

A massa de "rebeldes" que participou da Balaiada no Piauí e Maranhão era composta pelos mestiços e mulatos, "os homens de cor", camponeses, lavradores, vaqueiros, "proletários", tabaréus e matutos do interior, empregados do governo (inspetores de Quarteirão), praças da Polícia e da Guarda Nacional, escravos, índios, fazendeiros, mulheres e crianças, "toda a plebe e um grande número de proprietários": é um amálgama social que expressava a insatisfação dos vários setores e grupos sociais da população piauiense que se colocava contra o governo a que se sentia traído.

As expressões utilizadas pelas autoridades ao se referirem à população engajada no movimento, como por exemplo "a plebe", "os povos", indicam sua composição social. Como não havia nessa época uma classificação profissional da população, a linguagem oficial é interpretada para caracterizar a origem social desta população, como é o exemplo de ofícios do presidente da Província do Piauí ao presidente do Ceará e ao Ministro do Justiça: *"A plebe está rebelada, pois os que não se acham com o inimigo estão nas matas e não há remédio de obedecerem às autoridades" ou*

*"a guerra com os camponeses não é de sistema e se desenvolve com características distintas (...) Lutamos com salteadores e assassinos que muita simpatia encontram nos inumeráveis proletários que povoam o Brasil e que a não serem prontamente batidos, ameaçam a existência das outras Províncias visto não haver mais nas fileiras dos rebeldes senão homens de cor que consagram eterno ódio aos brancos" 36.*

As categorias camponeses e proletários, utilizadas em pleno século XIX para classificar a população, servem de indícios importantes para caracterizar a composição social da população envolvida no conflito. Por outro lado, a expressão "homens de cor" sugere que esta população era mestiça, mulata ou negra. No Maranhão, os mestiços "constituíam a massa insurrecional" e os "verdadeiros rebeldes eram os homens de cor, na maioria camponeses" 37.

O recrutamento militar, utilizado em todo o Brasil, foi uma das pistas para identificar a participação popular na Balaiada. Ele atingia basicamente as camadas pobres da população, constituindo-se em instrumento de opressão sobre o caboclo, o mulato, o negro, a “arraia miúda” ou a “ralé, segundo expressões da documentação oficial. Implicava na formação de contingentes armados causando descontentamento dessa população. A situação de pobreza e exploração tornava-se mais crítica, provocando resistência e deserções das “fileiras legais”. O recrutamento - uma prática arbitrária utilizada desde os tempos coloniais- foi intensificado durante o governo regencial<sup>2</sup> como um mecanismo de controle para desbaratar qualquer tipo de organização. Implicava na formação de contingentes armados para outras Províncias do País, causando um descontentamento violento no meio da população pobre, agravando mais ainda os conflitos sociais, sendo inclusive uma das causas mais importantes para a eclosão da Balaiada no Piauí e do Maranhão de onde insistentes ordens eram dadas para enviarem recrutas. Numerosos ofícios enviados das autoridades daquela província às do Piauí no referem-se à remessa do *“maior número de recrutas que puder mandar particularmente os vadios e ociosos”*<sup>3</sup>, amarrados *“com troncos e ferros com que aqueles vieram seguros”*. Eram recrutas para o Regimento de Linha da cidade de São Luis, devendo as autoridades piauienses remeterem *“quanto puder capturar e que não seja indulgente para com muitas famílias que gozam fruto de sua bondade”*. Muitos desses homens recrutados fugiam no percurso, sendo capturados e remetidos presos, acusados de serem *“facinorosos que se levantaram ferozmente”*<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> - A correspondência entre as autoridades do Piauí com as de outras província e com o governo no Rio de janeiro é significativa. Ver Livro de Registro de Ofícios para fora da Província - 1836 1 1843. Arquivo Público do Piauí - Teresina.

<sup>3</sup> - Idem, Ibidem. Palácio de São Luis do Maranhão, Dom Diogo De Sousa ao governador do Piauí, João Amorim Pereira.. 1798-1804. Ofício. Número 8, de janeiro de 1798; Ofício número 113, de novembro de 1800; ofício número 121 de 7 de novembro de 1801; ofício número 129, de 7 de março de 1801; ofício número 140, de 17 de janeiro de 1801; ofício número 153, de 19 de setembro de 1801; ofício número 155, de 4 de janeiro de 1802.

<sup>4</sup> - Idem, ibidem, ofícios números 153 de 19 de setembro de 1801; número 183, de 24 de setembro de 1802; número 194, de cinco de março de 1803.

A resistência ao recrutamento levava à fuga das vilas e povoações para as matas, onde formavam grupos, construíam trincheiras e acampamentos de resistência. E, à medida em que o grupo crescia, apareciam aqueles que lideravam ou "chefiavam". Assim, multiplicaram-se os grupos, espalhados pelo interior da Província e margens dos rios. Nesses acampamentos residiam com as famílias, conforme viu-se pelas prisões numerosas de mulheres e crianças. Esta cena repetiu-se na maioria dos locais piauienses onde se fazia o recrutamento. A população não comparecia e se metia nas "brenhas das matas": negando-se a comparecer ao recrutamento "todos se reuniram às forças rebeldes". Os poucos que apareciam eram insuficientes para formar uma tropa, além das deserções cotidianas entre os que eram recrutados, o que caracterizava a resistência da população a esta prática arbitrária e, ao mesmo tempo, demonstrava a simpatia pelo movimento que crescia, da mesma forma, cotidianamente. Diversos ofícios constam queixas dos oficiais das forças do governo que apontavam para a relação que havia entre as deserções e o movimento:

*"Diariamente nessas tropas nos provam por via das deserções a simpatia que tem àquela facção iludidos pelo roubo e liberdade de obrarem livremente" 56.*

Um outro aspecto interessante na organização do movimento refere-se à mobilização da população piauiense. Pequenos grupos percorriam os povoados, vilas e fazendas, propagando as idéias do movimento. Buscavam apoio da população, que atendia em grande número, fortalecendo continuamente as forças populares. "Pequenas partidas" de rebeldes percorriam as vilas e povoados "reunindo povos ao seu partido", com "rebelando a plebe": os que não se achavam com o "inimigo" estavam nos "matos e não há remédio a obedecerem as autoridades" 60.

A participação da população se fazia de várias formas, variando de acordo com a disponibilidade daqueles que se propunham a realizá-la através da agitação, da divulgação das proclamações e de atos de protesto que eram espalhados nos diversos municípios. A proclamação do Balaio, dirigida especialmente à população piauiense, por exemplo, foi amplamente divulgada, provocando intensa agitação e adesão ao movimento. Isto em agosto de 1839, quando o movimento tomara

feições políticas atraindo um engajamento numeroso.

As idéias do movimento eram divulgadas tanto por pequenos grupos como por determinadas figuras de destaque, como é o caso de Mascarenhas em Parnaguá, Pedregulho em Piracuruca, Raimundo Gomes em todas as duas Províncias e o Balaio. Segundo o Presidente da Província, as "doutrinas espalhadas por Mascarenhas" contavam com o apoio de outros povoados que aderiram em massa. Pedregulho era tido como "emissário dos sublevados" para conseguir da população as simpatias do "movimento subversivo". Ou seja, havia aqueles que agiam em diferentes locais e que representavam o movimento no sentido de obter o apoio da população. Em Piracuruca, as "pessoas gradas" e as autoridades repeliam rigorosamente estes representantes que tiveram que sair da vila para não serem presos.

É interessante destacar este aspecto do movimento, para que se possa entender que, de alguma forma, foram utilizados meios de difusão das idéias contrárias ao Governo, influenciando a população. Ao Presidente da Província da Bahia, o Barão da Parnaíba oficiou que "alguns aventureiros insufladores pregam doutrinas subversivas da ordem pública, as mesmas doutrinas dos salteadores do Maranhão" 62.

A participação popular se caracteriza também pela origem de seus líderes, homens das camadas populares, tanto no Piauí quanto no Maranhão, como o vaqueiro Raimundo Gomes que iniciou o movimento na vila da Manga, visto em quase todo o Piauí organizando grupos e mobilizando a população; Manoel dos Anjos Ferreira o "Balaio"- artesão da palha, cujo apelido deu nome ao movimento, e de todos o mais radical; como "Ruivo", também vaqueiro, e os irmãos Aguiar, pequenos fazendeiros no Sul do Piauí e os controvertidos José Mascarenhas e Lívio Lopes Castelo Branco, ideólogos do movimento e dos poucos alfabetizados; como Cosme Bento das Chagas, "o preto Cosme", escravo fugido - que liderou um quilombo de mais de seis mil escravos no Maranhão, é outro líder considerando a união dos escravos com os balaio durante o auge do movimento - entre meados de 1839 a começo de 1840. A maioria dos líderes era conhecida por apelidos como Andorinha, Tempestade, Trovão, Relâmpago, entre outros, que denotam a

origem popular: até hoje perdura o hábito de apelidar as pessoas das camadas populares nos grupos de balaios espalhados pelas matas, interior, vilas, povoações e margens dos rios de onde se originavam os apelidos.

Para Caio Prado Jr., os “balaios não souberam ligar o movimento ao dos escravos, que aproveitaram a agitação reinante, para levantar-se em vários pontos da província. Os levantes desconexos e mal orientados, em nada contribuíram para fortalecer a insurreição”. O autor minimiza a participação dos escravos, afirmando que tinham a “direção grosseira” de um escravo chamado Cosme que se intitulou Tutor, Imperador e Defensor das Liberdades de todo o Brasil, mas se contradiz quando afirma que “os chefes legais, tudo fizeram para impedir a união de sertanejos e escravos”.(PRADO JR., 1979; p.72).

Nossa opinião é a de que os escravos não se aproveitaram de nenhuma “agitação” para organizarem-se em quilombos ou insurreições, como foi o quilombo do Cosme. A história da rebeldia escrava antecede aos movimentos do período regencial e se prolonga até a oficialização da abolição da escravidão. A luta e resistência dos escravos existem desde o início da escravidão que traz em si o germe da rebeldia.

As autoridades temiam a união dos escravos rebeldes com os movimentos da população livre, tomando medidas coercitivas, de controle e manipulação para impedir essa união, como a anistia que não alcançava os escravos, a proibição de “ajuntamentos”, a figura do capitão do mato, prêmios para captura de escravos fugidos, entre outras medidas.

A participação dos escravos no Piauí na Balaiada ainda está para ser desvendada e mereceria um estudo mais aprofundado. Os trabalhos sobre a Balaiada apontam para uma participação sem grande importância ou significado, devido à escassez de documentos. No Piauí, a população escrava constituía uma parcela significativa. Os dados populacionais do período da Balaiada não existem, daí que nos baseamos em dados referentes aos anos próximos ao movimento.

Estes tinham suas próprias formas de luta e, neste caso, teriam se unido à população livre rebelada, fortalecendo a luta. No entanto, as contradições internas, as dissensões e o esforço que as autoridades fizeram para impedir essa união não

permitiram sua completa integração ao movimento.

Os escravos e os homens livres, social, econômica e politicamente são categorias inteiramente distintas e diversificadas, portanto, com reivindicações e objetivos diferentes, o que teoricamente cria dificuldades para uma luta conjunta. No entanto, aparentemente, escravos e sertanejos livres uniram-se contra o inimigo comum, apesar das diferenças sociais, formando distintos grupos espalhados pelas províncias.

Os grupos representavam a espinha dorsal da organização guerrilheira. É a partir deles que se manifestaram todos os outros aspectos subsequentes, ou seja, a própria ação do movimento: a ocupação das margens dos rios da Província e das fronteiras, as táticas de guerrilha adotadas com a ocupação das matas, os ataques de surpresa, a mobilização utilizada, enfim, toda uma gama de ações que marcaram o movimento, a partir destes grupos, aos quais as autoridades referiam-se como "multidões de rebeldes", "quadrilha de ladrões", "grupos de malvados", "bando de salteadores", "quadrilha de rebeldes", "avultados partidos rebeldes" ou "aluviões de rebeldes". A documentação é plena destas expressões utilizadas de forma bastante pejorativa que serviu para justificar a repressão do Governo, que caracterizou o movimento como de bandidos. No entanto, estas expressões têm um significado relevante: dão margem à interpretação de como se organizou o movimento e de como a população se engajou. Ao mesmo tempo, sugerem um outro dado: os grupos não só eram diversos como eram numerosos<sup>65</sup>.

As margens do rio Parnaíba constituíam um espaço prioritário ao movimento insurrecional e revolta armada, de luta e resistência ao domínio do aparelho repressor do Governo, composto de forças militares, espalhadas por toda a Província. As margens do rio foram literalmente ocupadas numa extensão de aproximadamente 200 léguas por enormes grupos de homens mal armados, que tinham sua força no fato de serem a grande maioria da população. Fortalecidos numericamente, procuravam se unir, e as margens do rio permitiam maior aproximação com os grupos localizados em ambos os lados: as margens do Parnaíba nas vizinhanças da Vila de Piracuruca "estavam apinhadas deles preparados para atacar"<sup>66</sup>.

Simultaneamente, iam-se fortalecendo no interior das matas ou ocupando as margens dos rios onde se organizavam para as ações estratégicas. Este aspecto denota uma característica significativa da organização do movimento: ocupando estes espaços, podiam locomover-se de um lado para outro, "embrenhando-se nas matas que, sendo-lhes conhecidas, servem de barreiras" às tropas do governo. As fronteiras com outras Províncias foram da mesma forma, tomadas. O Barão dirige-se às autoridades informando que as fronteiras estavam "infestadas de grossas quadrilhas de salteadores" e as margens do rio estavam apinhadas de rebeldes na intenção de acometerem a Vila da Parnaíba. Segundo os cálculos do Barão, eles seriam mais de 3.000 homens à altura desta vila, uma das mais importantes do Piauí 67.

Durante todo o movimento, uma das táticas mais usadas pelo aparato repressor, foi impedir o contato entre os balaios das duas províncias, fortificando acampamentos militares às margens do rio Parnaíba. Apesar disso, os grupos passavam de um lado para outro, juntando-se para "tomarem" vilas mais importantes e as capitais, rigorosamente defendidas, sobretudo depois da tomada espetacular de Caxias, no Maranhão. No Piauí, apesar de cercarem várias vilas, os balaios não ocuparam nenhuma, e a capital Oeiras, continuamente ameaçada, não foi atacada.

O movimento aparentemente não propunha mudanças estruturais da sociedade e a maioria da população engajada "não estaria preparada para formular suas reivindicações", mas sem dúvida, estava preparada para se livrar da opressão e conquistar a liberdade pessoal.

Os balaios propunham um novo governo, tendo como base o PACTO SOCIAL elaborado por um dos líderes, que representava a parcela dos pequenos fazendeiros. Como sempre acontece, a massa popular analfabeta e rude, está apta para lutar e escolher seus líderes, mas não para governar, contradição presente em outros movimentos. As lideranças dos fazendeiros que formavam uma parcela alfabetizada merece destaque pela historiografia que não aceita ou não concebe uma liderança autenticamente popular, originada dos grupos populares, citados na documentação por apelidos e que não deixaram

documentos por serem analfabetos. Os índios, os escravos, os sertanejos pobres, não souberam formular suas idéias concretamente, mas agiram na prática em defesa delas. Tanto que os governos tiveram que adotar medidas de controle e de coerção como a repressão armada para defender a ordem vigente ameaçada.

### **A força da repressão e sua repercussão na memória histórica**

Para enfrentar e vencer os balaios rebeldes e garantir a manutenção da ordem e tranqüilidade públicas, o governo do Piauí, armou-se com forças internas e de outras províncias, utilizando toda sorte de práticas, táticas e método. A organização das forças repressivas, as “forças legais”, dão o nível da repressão, através de sua composição, do tipo de armamento usado, meios usados para a formação das tropas e ajuda e auxílio recebidos de outras províncias, como Rio de Janeiro, Bahia e Ceará, formando um verdadeiro exército de tropas recrutadas, de mercenários, aventureiros, e jagunços

O apoio que o governo provincial recebeu dos fazendeiros piauienses graças ao prestígio pessoal do Barão da Parnaíba, para abastecimento alimentar das tropas, além de dinheiro, armas e munição de outras províncias, explica uma das razões para a derrota dos balaios. Embora os balaios fossem em maior número saíam em geral derrotados dos combates estrategicamente planejados, nos ataques e emboscadas próprios da guerrilha e usados por ambos os lados<sup>5</sup>. A quantificação dos balaios é confusa e difícil pela intensa mobilidade dos diversos grupos que formavam a espinha dorsal do movimento. No Maranhão teria chegado a cifra de 11.000 mil balaios segundo dados da repressão e no Piauí, entre 6 a 8.000. Esses dados são imprecisos, mas calculando que foram mais de 6.000 mortos e prisioneiros no Piauí entre as dezenas de grupos de balaios espalhados pelo Piauí, faz-se um cálculo aproximado pelas relações de presos (ver em anexo).

A repressão é violenta, com ataques aos acampamentos dos balaios, combates corpo a corpo, típicos de uma verdadeira guerra civil. As forças da repressão apreendiam nesses combates, a “bagagem” dos balaios, como

---

<sup>5</sup> - Essas estratégias estão relatadas em várias correspondências: Ver Livro de Registro de ofícios para fora da Província (1836/1843)-Livro 163. Arquivo Público do Piauí.



panfletos, proclamações, planos, conforme consta nas correspondências enviadas ao presidente da província do Piauí. Nada foi encontrado.

Para reforçar a repressão, o governo regencial envia para o Maranhão o oficial do exército Luiz Alves de Lima em fins de 1839, mas no Piauí o Barão da Parnaíba, presidente e comandante das armas do Piauí garante repressão, comandando todas as operações militares diretamente de Oeiras, a capital do Piauí, tomando as medidas necessárias para o sucesso da investida. Ambos receberam títulos de nobreza pela façanha de pacificar as províncias. O primeiro agraciado com o título de Barão de Caxias e o segundo, de Barão passou a Visconde.

O aparato repressor contou com um contingente superior a seis mil praças e o material bélico infinitamente maior que o dos balaios. O governo compreendia que somente o poder das armas venceria um movimento da dimensão da Balaiada cuja participação popular crescia e ameaçava concretamente o governo.

A eficácia da repressão armada é o fator primordial para a derrocada geral da Balaiada e não a falta de uma organização, de uma definição ideológica ou formulação de um programa alternativo de governo. O governo foi mais eficaz: contou com recursos suficientes para a repressão e, com isso, conseguiu conter o movimento, coibir e refrear aqueles que se organizaram para manifestar o descontentamento contra o governo.

Os balaios não estavam preparados para enfrentar um aparato militar de tamanha envergadura, com armas e munição, além de oficiais comandantes que conheciam as táticas de guerrilha adotadas pelos balaios e utilizadas por ambas as partes desde as lutas pela independência. Além disso, o governo, empenhado em manter a ordem, soube aproveitar as dissensões internas do movimento, intensificando os combates, acenando com a anistia concedida pelo imperador D.Pedro II em 1840 e fechando o cerco em torno das maiores concentrações dos balaios, no interior das matas de Campo Maior, Parnaíba e Parnaguá. O governo adota também a tática de fortalecer as fazendas, para impedir que os balaios obtivessem recursos para seu sustento alimentar.

A repressão armada significa violentar, conter, punir, castigar e acabar com o movimento, significando opressão, violência e tirania, ou seja, o exercício da ação pela força. Mas a repressão “não é apenas uma imposição exterior que despenca sobre nós, mas também um fenômeno sutil de interiorização das proibições e interdições externas” e, nesse sentido, a repressão aparece ‘como um ato de domínio e de dominação, e o reprimido como submissão à vontade e à força alheia - como que uma alienação’( CHAUÍ, Marilena. 1984,: p. 13).

Visto dessa maneira, a repressão à Balaiada é também ideológica, na medida em que ela atinge a produção do conhecimento histórico, adulterando a memória dos balaios e se prolonga pelo processo histórico. A eficácia da repressão extrapola o fim do movimento, sufocando, acabando com qualquer tipo de oposição e contestação ao poder, surgindo uma historiografia que difunde o ponto de vista da repressão. Do ponto de vista do controle da população, a derrota dos balaios representou um reforço à dominação dos grandes proprietários de terras e de escravos. A vitória da repressão e sua eficácia, define o conhecimento que se estende à produção histórica. Os grupos sociais que comandaram a repressão saíram fortalecidos politicamente e, para manter a dominação, inculcaram uma versão unilateral do movimento, ocultando da memória coletiva desse passado violento; a sociedade piauiense se desenvolveu desconhecendo um fato da maior relevância para sua história.

Com a repressão armada à Balaiada dá-se um golpe final na participação popular no Piauí, ofuscando a memória ao longo do processo histórico. Impõem-se o silêncio sobre uma histórica tradição de lutas e resistência, de violência e repressão, iniciada na guerra da colonização e se prolongou até as lutas pela independência do Brasil, nas quais se insere a luta dos balaios e bem-te-vis. Esta história ficou submersa nos escombros da memória, contribuindo para a formação de uma sociedade sem identidade própria e praticamente desconhecida do Brasil, ou mal compreendida e até mesmo alvo de interpretações ou representações sociais que distorcem a realidade. O fato de a sociedade piauiense ter se formado desconhecendo sua própria história contribuiu, ao longo do processo histórico, para o surgimento de práticas sociais e representações culturais que levam a

desvalorização de sua cultura, arte e história local, por conseguinte o obscurecimento pela historiografia brasileira que, por seu lado, também, desconhece a história do Piauí, gerando o mito do isolamento do Piauí e a baixa auto-estima do piauiense.

Os piauienses em particular precisam conhecer seu passado de lutas e resistência, para poder se libertar do “carma” fincado com o extermínio das populações nativas, da rígida estrutura pecuarista, rural e da violenta repressão às lutas sociais pela independência, construir, assim, uma identidade própria, ter auto-estima, amor e respeito pela história, cultura e arte piauienses.

#### CONCLUSÃO: a reinterpretação necessária

Segundo a tradição dominante em nossa história, as classes populares são incapazes de conduzirem seus próprios interesses, de realizarem mudanças, por serem ignorantes e alienadas. Aqueles que ousam se levantar contra a ordem dominante são vistos como bandidos, subversivos ou terroristas, argumento que as classes dominantes utilizam para justificar a dominação e a repressão, quando o “status quo” é ameaçado. O resultado é uma história límpida, onde os conflitos são escamoteados, a realidade falsificada, a violência omitida. A “tendência pacífica” e a índole conciliadora do povo brasileiro são ressaltadas como predominantes. A abolição da escravidão, a independência, a proclamação da República, são vistas como transformações ocorridas em paz, sem violência, nas quais destacam-se personagens, mitos e heróis. A consciência coletiva da nação, que cresceu na época das lutas pela Independência, foi abafada e, em seu lugar, forjou-se a consciência ou mentalidade do brasileiro pacífico, avesso à violência, permanecendo a dominação de poucos que passam para a história como heróis e mitos.

Os movimentos sociais do período da Independência do Brasil mobilizaram intensamente a população em várias partes do país. Foram todos violentamente reprimidos pelas forças dos Governos Regencial e Provincial. Massacrados e descaracterizados pela memória histórica dominante, deram lugar a uma ordem elitista e autoritária, onde quem tem capacidade para dirigir e governar são sempre minorias proprietárias dos meios de produção e a elite

intelectualizada Até os dias atuais, grande parte da população brasileira permanece subjugada a esta mentalidade, que contribui para manter a acomodação e o autoritarismo. A independência foi um processo marcado por uma guerra de combates, lutas, estratégias, táticas, formação de tropas, ataques e defesas, movimentação de tropas, trocas de correspondência entre as autoridades e oficiais militares de outras províncias e do Rio de Janeiro, motins, prisões, mortes, saques, assassinatos, arrombamentos e roubos. Essas ações foram desempenhadas por chefes e por soldados, por recrutas e voluntários formando as tropas originadas das camadas pobres, analfabetas e de cor. O Brasil todo era um barril de pólvora, com lutas espalhadas por todo o território. Desde os tempos coloniais ferviam conflitos sociais, sempre reprimidos pelas forças ou tropas do governo, até alcançar o contexto das lutas pela independência, quando então a participação popular no Piauí, recebe um golpe fatal da repressão que extingue a Balaiada. Sempre muito eficaz, dessa vez, o alvo da repressão foi atingido, destruindo praticamente a resistência das lutas da população formada por mestiços, mulatos, negros, pardos, cafuzos e pobres brancos, além dos nativos e escravos. Essa resistência histórica enfraqueceu diante da repressão contínua e “feroz” dos ricos brancos colonizadores, comerciantes, fazendeiros, escravistas e aristocracia.

Com a derrota dos balaios, manteve-se as péssimas condições de vida da população piauiense, o analfabetismo, a grande propriedade e o fortalecimento das oligarquias rurais sob a liderança do Barão da Parnaíba que governou o Piauí até o ano de 1843, quando o governo do Segundo Império resolve destituí-lo, após denúncias e acusações feitas por um irmão seu, deputado federal no Rio de Janeiro pelo Ceará.

Qual a relevância que teria para a história do Brasil, um estudo que destaca um movimento social popular ocorrido no século passado, em um estado pobre e esquecido como o Piauí? Que importância teria esse movimento para a independência do Brasil e formação de um Estado? Será importante estudar a história do Brasil dando ênfase a um agente histórico como as camadas populares do século XIX no Brasil? A Balaiada é ainda um assunto para ser estudado,

principalmente a extensão do movimento que alcança outras províncias como o Ceará e que praticamente inexistem estudos ou mesmo a ligação com a Cabanagem no Pará. Existem indícios por parte da repressão para impedir essa ligação. A historiografia brasileira precisa tomar conhecimento do alcance e dos significados de um movimento como a Balaiada ainda bastante desconhecida pela *história* do Brasil, que em geral ignora ou apenas menciona o Piauí que a exemplo de outras regiões fora do eixo Rio/São Paulo, é destinado um papel secundário. Mas como a história é viva e cada geração mostra o passado sob a luz de novas fontes e métodos, este artigo fez uma reinterpretação, não somente possível, como necessária, *alargando a visão dos movimentos dos balaios como uma das lutas sociais pela conquista da independência do Brasil, com a participação da população sertaneja - lavradores, vaqueiros, artesãos, escravos e fazendeiros - lutando contra a dominação das oligarquias rurais que subiram ao poder com a independência proclamada em 1822.*

A tradição cultural em nossa história aponta as classes populares como incapazes de conduzirem seus próprios interesses, de realizarem mudanças, por serem “ignorantes e alienadas” ou aponta para o caráter de banditismo e terrorismo daqueles que ousam se levantar contra a ordem dominante. É um dos argumentos que justificam a predominância do autoritarismo entranhado na sociedade brasileira (LAPA, 1981. p. 21).

#### BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Sônia, DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo. (Orgs.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas leituras.* – Belo Horizonte: Ed. UFM, 2000.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *A guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral.* - São Luís: Sioge, 1988.

BLOCH, Marc. *Introdução à história.* 4a. ed., Publicações Europa-América, s/cidade, s/data.

BRITO, Anísio. Os balaios no Piauí. IN *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense.* T.II, 1972.

CARVALHO, Calota. O Sertão. Subsídios para a História e a Geografia do Brasil. 2ª. Ed. – Imperatriz: Ética, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Hector Perez. Os métodos da história. Trad. de João Maia. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia. – Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTELO BRANCO, Renato. Senhores e escravos: a Balaiada. - São Paulo, LREditores, 1983.

CARR, E.H. O que é história? 2a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CHAUÍ, Marilena. In De Decca, Edgard. 1930: o silêncio dos vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981; Repressão sexual. São Paulo, Brasiliense, 1984.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo, Livraria de Ciências Humanas, 1979.

DIASa, Claudete Maria Miranda. Balaios e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja. - Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

DIASb, Claudete Maria Miranda. O outro lado da história: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí – 1789/1850. Tese de Doutorado. IFCS/UFRJ, 1999.

DIASc, Claudete Maria Miranda. A Batalha do Jenipapo no Piauí: Sertanejos armados na luta pela independência do Brasil. – Teresina, 2005. (no prelo)

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. 2a. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

FREITAS, Décio. Os guerrilheiros do imperador. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania do brasileiros. - São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas Clássicos e contemporâneos. – São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HOSBAWN, Eric.; RUDÉ, George. Capitão Swing. Tradução de Marco Antônio Pamplona e Maria Luiza Pinto. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

HOSBAWM, Eric. A era das revoluções. 1789/184; tradução Maria Teresa L. Teixeira e Marcos Penche. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HILL, Christopher. O mundo de ponta cabeça. Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. Tradução e apresentação de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 32;

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A Balaiada. - São Paulo: Brasiliense, 1987;

LEITMAN, Spencer. Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos. Trad. de Sarita Linhares. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

MARSON, Isabel. A rebelião praieira. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MOTTA, Márcia. "Movimentos rurais nos oitocentos: uma história em (re)construção. IN Estudos Sociedade e Agricultura. N. 16. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. – rio de Janeiro: 2001. pp. 113/128.

NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. v. 3. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

NULS, Nair. Algumas considerações em torno do conceito de movimento social. IN VII Encontro do grupo Movimentos sociais no campo. Natal, 1981. (mimeo).

OTAVIO, Rodrigo. A Balaiada, s/c, s/d., 1839

OLIVEIRA, Maria Amélia Mendes de. A Balaiada no Piauí.- Teresina: Projeto Perônio Portella, 1987;

PRADO JR, Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. 11a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

RUDÉ, George. Ideologia e Protesto popular. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SANTOS, Maria Januária Vilela. A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão. - São Paulo: Ática, 1983;

SILVA, Luis Werneck da. Rebeliões e movimentos populares no Brasil: uma história dos vencidos. IN Relatório final do Curso de Extensão Univerta, Rio de Janeiro, 1981.(mimeo).